

## Otimizando o uso das terras agrícolas em Kano, Nigéria

E. A. Olofin - [eaolofin@yahoo.com](mailto:eaolofin@yahoo.com)

A. I. Tanko - [aitanko@buk.edu.ng](mailto:aitanko@buk.edu.ng)

Bayero University

Foto: IWMI Gana - Hortaliças produzidas para serem comercializadas na cidade de Kano.

Kano é uma cidade com uma população entre 2,5 e 3 milhões de habitantes, o que a torna a maior cidade do norte da Nigéria. Vários estudos demonstraram a importância da



agricultura urbana e periurbana na região e sua contribuição para melhorar a nutrição, a segurança alimentar das famílias, o nível de emprego etc. dos moradores da cidade.

Este artigo resume as conclusões de uma série de estudos e pesquisas nos quais os autores estiveram envolvidos. As conclusões referem-se particularmente a uma pesquisa realizada em 1996 em colaboração com o Natural Resources Institute, de Chatham, Inglaterra, e o Departamento de Geografia da Universidade Bayero, em Kano, Nigéria, solicitada pelo DFID (Olofin, 1996; Olofin e outros, 1997); ao relatório de três cientistas em um retorno a um dos locais pesquisados, em 2001 (Lynch e outros, 2001); ao relatório de três outros cientistas em visitas a mais locais em 2002 (Binns e outros, 2003); e às recentes observações de campo realizadas pelo autor (2003) em quatro locais.

A agricultura urbana não é um fenômeno novo em Kano (Olofin e outros, 1997). Ela começou bem antes da década de 60 do século passado em algumas partes da cidade e espalhou-se após a crise econômica generalizada no final dos anos 80, quando os pobres urbanos se esforçaram para melhorar suas condições de vida. Entretanto, apesar das óbvias vantagens dessa prática, ela não foi oficialmente reconhecida. Na verdade, ela é apenas tolerada como uma resposta às duras condições socioeconômicas enfrentadas pelos muitos cidadãos empobrecidos (Binns e outros, op cit.). Ainda assim, como Lynch e outros (2001) sugerem, a

necessidade de uma atuação facilitadora por parte do governo, na qual a agricultura urbana seja de fato encorajada e apoiada, permanece crucial. De suma importância, nesse contexto, é a definição de sistemas que garantam a posse da terra de modo a encorajar a plena participação dos pobres urbanos.

Três diferentes subsistemas de produção estavam sempre presentes nas áreas cultivadas em Kano e em sua periferia: a produção de hortaliças para o mercado na época seca, a produção de grãos na época das chuvas; e a produção de frutas em pomares. Desses, os pomares permanentes pertencem usualmente aos cidadãos mais bem sucedidos. Já a criação de animais (frango, peixe, gado etc.) é empreendida tanto pelas classes mais abastadas quanto pelas classes mais pobres que disponham de áreas maiores. Desses sistemas, apenas a produção de hortaliças na época seca e de grãos na época chuvosa será discutida neste artigo.

## Produção de plantios

Um estudo realizado por Olofin (1996) estabeleceu que os homens, especialmente, entre 30 e 70 anos de idade, dedicam-se à produção urbana de safras durante ambas as estações - seca e chuvosa. Esses homens vivem em casas simples, tradicionais, e a maior parte deles é de cultura islâmica. Aproximadamente 98% dos 109 homens entrevistados durante esse estudo eram pobres urbanos. Menos de 5% eram migrantes provindos de outras partes da Nigéria. Os equipamentos e insumos agrícolas usados são rudimentares - enxadas, facões e foices e sementes que eles mesmos produzem ou compram no comércio. Uns poucos têm acesso a sementes melhoradas, adubos químicos e pesticidas. Muitos dependem do lixo doméstico, estrume animal e cinzas como fertilizantes.

A produção de hortaliças irrigadas durante a estação seca é realizada nas áreas inundáveis durante a época chuvosa, e está sujeita à disponibilidade da água, tanto superficial quanto subterrânea, e à necessidade de drenos bem planejados. Também são usadas águas servidas urbanas altamente poluídas durante o ano todo, suplementadas em muitos locais com água retirada de poços. As áreas inundáveis, baixas ou altas, são irrigadas com a água disponível mesmo no início da época seca. Dependendo da disponibilidade da água até o final da época seca, as safras podem amadurecer depois com a volta das chuvas. Outra opção é deixar os lotes em pousio após a colheita, esperando o cultivo de grãos durante a estação chuvosa.

O tamanho dos lotes costuma ser bem pequeno, em média 2.000 m<sup>2</sup> nas áreas urbanas e 5.000 m<sup>2</sup> nos subúrbios. Entretanto, cerca da metade dos produtores pesquisados tinha mais de um lote. Algumas dessas áreas urbanas disponíveis para a agricultura pertencem ao governo. Ficou claro em 1996 que, com relação a cinco dos sete locais de produção de hortaliças, havia pouca segurança quanto ao acesso à terra, e o relatório expressava o receio de que "realmente a expansão urbana pode em breve absorver as outras áreas... se providências adequadas não forem adotadas." (Olofin 1996: 2).

Um estudo realizado em uma das áreas em risco, em 2001 (Lynch, e outros, 2001) confirmou

que cerca de 1/3 a 1/4 da terra que estava disponível para cultivos em 1996 já não estava mais disponível em 2001 para o mesmo propósito. As observações recentes nesses locais verificaram que mais da metade das áreas originais, em 1996, hoje está destinada para outras finalidades. Na verdade, as duas maiores áreas na periferia urbana, onde a posse parecia ser particular e assegurada em 1996, estão agora sob grande ameaça, e cerca de metade das áreas antes agrícolas já foi perdida para a urbanização.

## O acesso à terra e os arranjos de posse

Em Kano, a posse e o uso da terra podem ser arranjados de vários modos, que vão desde a propriedade individual ou familiar (quando a posse está assegurada) até a ocupação, que, mesmo que consentida, é considerada ilegal e portanto não assegura a posse. Em alguns locais os produtores utilizam áreas abertas adjacentes a instalações do governo, como linhas de trem e áreas administrativas. A maior parte dos agricultores sente-se como donos de seus lotes no sentido de que têm direitos de uso sobre eles.

Essa visão, parece, origina-se nos tempos pré-coloniais e pré-islâmicos, quando a posse da terra no norte da Nigéria era totalmente comunal, e os membros da comunidade podiam usar qualquer terra disponível para os seus cultivos. Tendo desbravado uma área para cultivo, o membro da comunidade tem o direito de ocupá-la, excluindo qualquer outro membro da comunidade. A terra só retorna à disposição da comunidade quando quem a cultivava o deixa de fazer. Por esse motivo, Ega (1987) argumentou que os direitos ao uso da terra naquela época eram de dois níveis. A comunidade tinha direito sobre todas as terras não utilizadas; e os indivíduos tinham total controle sobre as terras que cultivassem. Também é verdade que, naquela época, o direito à terra era exclusivamente por meio do parentesco e por fazer parte da comunidade. Esse arranjo típico do norte da Nigéria é o que o Decreto sobre o Uso da Terra (No. 6) de 1978 (transformado em lei em 1979) mais ou menos estendeu para todo o país. Por essa lei, o acesso à terra, particularmente nas áreas urbanas, é responsabilidade do Governador do estado, sendo que não está previsto o uso agrícola nas terras urbanas. A agricultura é associada apenas com as áreas rurais, e a terra urbana supõe-se ser exclusivamente para a construção de estruturas urbanas.

Essa política, como apresentada na lei, encorajou os governadores a restringirem o acesso dos agricultores urbanos à terra, seja desapropriando, mediante pagamento (mas de modo obrigatório), a terra que cultivavam, seja simplesmente expulsando-os dela, sem qualquer compensação (exceto pelas safras maduras). Realmente, alguns desses governantes não têm percebido ção as várias funções que os cinturões verdes desempenham nas cidades, pois insistem em destinar todas as áreas para construções urbanas.

Infelizmente, a permissão dada para o cultivo das áreas disponíveis - as que não são adequadas para a construção de estruturas urbanas (como as vizinhas a aeroportos, estradas, ferrovias, sob linhas de alta tensão etc.) - não é formal. Não é escrita em nenhum documento legal nem prevista em nenhuma instrução governamental. Mas faz parte de um discurso que promoveu a "Operação Alimentar a Nação", em 1976, e recoou durante o lançamento da "Revolução Verde" em 1980, encorajando os nigerianos a cultivarem todas as terras disponíveis nas cidades e em seus quintais.

Sendo assim, os produtores em tais áreas vazias continuam sendo meros invasores, cuja posse da terra é totalmente insegura. Mesmo nessas condições, benefícios mútuos surgem dessa prática. Os produtores melhoram sua qualidade de vida e várias entidades governamentais não precisam gastar dinheiro cuidando dessas áreas que são suas ou estão sob seus cuidados. Também a preocupação de que tais áreas não urbanizadas se transformem em esconderijo para marginais é eliminada quando nelas há produtores cultivando suas safras.

## O acesso à água

A cultura local e os princípios islâmicos garantem que a água pertence a Deus. Assim, um homem tem acesso a qualquer fonte de água na terra em que cultiva. O problema aqui é que muitos locais em Kano dependem de canais e drenos de águas servidas para irrigação. Os pobres urbanos não têm capacidade para construir poços para obter água de melhor qualidade. Eles operam individualmente, e a natureza insegura de sua posse desestimula a formação de grupos cooperativados que poderiam apoiá-los na obtenção de empréstimos agrícolas e de outros insumos providos de fontes governamentais.

## Melhor acesso à terra e posse assegurada

As questões do acesso à terra agriculturável e da segurança quanto à sua posse em um ambiente urbano são controvertidas. Os incorporadores imobiliários não se sentem felizes em ver grandes áreas urbanas não construídas enquanto milhões de residentes da cidade clamam por moradias decentes. Entretanto, seria útil identificar áreas urbanas que não sejam adequadas para a construção civil e reservá-las para cultivos. Baixadas inundáveis são as áreas que vêm primeiro à mente; reprimir o fluxo das águas ou drenar artificialmente essas áreas para a edificação de prédios tem levado a devastadoras inundações em várias áreas urbanizadas recentemente, inclusive e particularmente em locais revisitados por Lynch e outros (2001).

Em vista dos benefícios mútuos, para agricultores e para importantes órgãos governamentais, que derivam desses arranjos informais que permitem o cultivo em áreas públicas urbanas não aproveitadas, o processo deve se tornar oficial, e os produtores assegurados da sua posse por um período de tempo razoável.

É certo que, com a posse assegurada, os produtores sentem-se encorajados a formar grupos cooperativados capazes de lhes habilitarem a obter assistência governamental, o que, em troca, lhes dá maior poder financeiro para perfurar poços e comprar bombas para facilitar a irrigação para suas safras. Além disso, sentem-se também mais inclinados a usarem seus lotes de modo mais sustentável.

Do modo como as coisas evoluem em Kano, os produtores urbanos pobres ficarão ainda mais pobres no futuro próximo - a não ser que políticas e estratégias como as descritas acima sejam implementadas para lhes assegurar maior acesso a terra e maior segurança quanto a

sua posse.

---

## Referências

- Binns, J.A., Maconachie, R.A., Tanko, A.I. (2003), Water, Land and Health in Urban and Peri-Urban Food production: the case of Kano, Nigéria, Land Degradation Development 14, 431-444
- Lynch, K.; Binns T. & Olofin, E. (2001) Urban agriculture under threat: the land security question in Kano, Nigéria, Cities, Vol. 18, No. 3, 159
- Olofin, E. A. (1996) Highlights of the Field Production Survey, Documento apresentado no Seminário de Atividades Hortícolas em Kano e sua Periferia. Organizado pelo NRI em Kano, 7 pp
- Olofin, E.A., Fereday, N., Ibrahm, A.T., Aminu, S.M. e Adamu Y. (1997), Urban and Peri-urban Horticulture in Kano, Nigéria, Natural Resources Institute: Chatham

---

[Sumario Revista No.11](#)